

A HERANÇA COLONIAL E AS CONTINUIDADES ESCRAVISTAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Maria Julia Batista de Oliveira Reis¹
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O processo de colonização, impulsionado pelas grandes navegações europeias, consolidou-se a partir de uma ideologia expansionista materializada na apropriação violenta de territórios e na exploração de povos. No contexto brasileiro, esse processo esteve diretamente relacionado à expropriação dos corpos indígenas e africanos, configurando um sistema de dominação que estruturou a formação social, cultural e econômica do país. O colonialismo instituiu uma lógica racial que serviu de base para o racismo estrutural, cujas permanências continuam a organizar as relações sociais e as dinâmicas de trabalho contemporâneas.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre como a herança colonial segue estruturando as desigualdades no Brasil, especialmente pela persistência de elementos escravistas nas relações laborais. Busca-se compreender de que modo práticas herdadas do escravismo se atualizam e continuam a atingir, de forma mais intensa, as populações negras, periféricas e femininas.

A metodologia é qualitativa, fundamentada na análise de reportagens e documentos públicos, com destaque para os registros do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sobre o combate ao trabalho análogo à escravidão. A discussão é desenvolvida em diálogo com autoras e autores como Nego Bispo, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Cida Bento, a fim de evidenciar aspectos do período colonial sistematicamente apagados da narrativa hegemônica, mas centrais para compreender as significações do trabalho no presente.

Os resultados preliminares indicam que, embora a escravidão tenha sido formalmente abolida há mais de um século, a exploração de corpos racializados persiste sob novas formas. Conclui-se que o escravismo moldou de modo profundo a cultura e a ética social brasileira, e que reconhecer tais continuidades é essencial para o enfrentamento das desigualdades estruturais e a construção de uma sociedade antirracista e pós-colonial.

¹ Assistente Social, Mestra em Geografia e Doutoranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. E-mail: mariajuliareissocial@gmail.com

Palavras-chave: Colonialismo; Escravidão; Racismo estrutural; Trabalho; Desigualdade social.

Referências Bibliográficas

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. *Estudos Avançados*, [s. l.], v. 17, n. 49, p. 117–130, 2003.

GOVERNO DO BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Cadastro de empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão**. Brasília, 9 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego>. Acesso em: 15 maio 2025.

MOURA, Clóvis. **Cem anos de abolição do escravismo no Brasil**. *Revista Princípios*, [s. l.], n. 15, p. 5–10, 1988.

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826–1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: INCTI, 2017.